

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Rachel Martins da Rocha Silva

CONCEITOS DE EXCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Rio de Janeiro
2012

Rachel Martins da Rocha Silva

CONCEITOS DE EXCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no Curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Vigilância em Saúde.

Orientador: Felipe Rangel de Souza Machado

Rio de Janeiro
2012

Rachel Martins da Rocha Silva

CONCEITOS DE EXCLUSÃO SOCIAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no Curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Vigilância em Saúde.

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Felipe Rangel de Souza Machado (Orientador)

(Nome do Componente da Banca Examinadora . Instituição a que pertence)

(Nome do Componente da Banca Examinadora . Instituição a que pertence)

Rio de Janeiro

2012

*Dedico este trabalho aos meus pais,
e a todos que sofrem com a exclusão
social neste país.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois, mais do que me criar, deu propósito à minha vida. Vem dele tudo o que sou o que tenho e o que espero. Pelo dom da vida, e por ter me proporcionado esta maravilhosa experiência de me desafiar escrevendo esta monografia, e por ele ter me dado forças para que eu conseguisse finalizá-la.

À minha mãe, por me proporcionar uma boa infância e vida acadêmica, por formar os fundamentos do meu caráter. Obrigada por ser a minha referência de tantas maneiras e estar sempre presente na minha vida de uma forma indispensável, por acreditar em mim, e por ter me incentivado e também se importado com a confecção deste trabalho.

Ao meu orientador Professor Felipe Rangel de Souza Machado, por ter me orientado com tanta dedicação, entusiasmo e esmero dedicado a mim e meu trabalho. Sem ele, este trabalho não teria existido.

À minha maravilhosa turma, pelo amor e preocupação demonstrados, e que sempre esclareceram dúvidas sobre o trabalho de conclusão de curso, e sempre, digo, sempre mesmo, estiveram ao meu lado, incentivando, e sempre ajudando não só em trabalhos, mas eles tornaram a escola mais feliz e agradável. Obrigada, vocês que aliviaram minhas horas difíceis, me alimentando de certezas, força e alegria.

Aos mestres, por sempre exigir o nosso melhor. E por nunca deixar que fizéssemos coisas que nos prejudicariam. Por sempre querer o nosso bem.

Aos meus familiares, por sempre estarem perto de mim, me incentivando, e agradeço também aos meus amigos, por sempre se importarem comigo.

“mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação, e que tal iluminação pode bem provir, menos das teorias e conceitos, e mais da luz incerta, que bruxuleante e frequentemente fraca que alguns homens e mulheres, nas suas vidas e obras, farão brilhar em quase todas as circunstâncias e irradiarão pelo tempo que lhes foi dado na Terra”.

(Hannah Arendt)

RESUMO

Esta monografia debruça-se sobre o tema da exclusão social. Sua análise será feita a partir de alguns conceitos chave, são eles: a invisibilidade social, o conceito dos aniquiláveis, o território e a banalidade do mal. Estes conceitos são praticados quando se vive em uma sociedade que é dividida em classes e hierarquizada como a nossa. Isso ocorre porque um indivíduo pertencente a uma classe superior a de outro indivíduo, passa a se sentir superior a este, e desta maneira, começa a desenvolver o preconceito, a discriminação, sentimento de superioridade, entre outros. Os processos de exclusão social têm como causas não só os aspectos econômicos, mas também os fatores culturais e estéticos, entre outros. Pudemos constatar a partir das leituras realizadas que o conceito de território é central para pensarmos a diversas possibilidades de exclusão social que uma mesma pessoa pode vivenciar. Assim, dependendo do local em que esteja e a função que esteja exercendo, a mesma pessoa pode passar de incluída a excluída ou *vice versa*.

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| 1. A BANALIDADE DO MAL..... | 11 |
| 2. O TERRITÓRIO | 13 |
| 3. OS INVISÍVEIS SOCIAIS..... | 15 |
| 4. OS ANIQUILÁVEIS | 18 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 20 |
| 6. REFERÊNCIAS | 21 |

INTRODUÇÃO

Percebe-se na sociedade contemporânea certo processo de exclusão de sujeitos e grupos sociais. Tais processos não são gerados apenas por uma pequena parcela da sociedade, mas, ao contrário perpassa todo o corpo social. Alguns dos exemplos dessas pessoas que sofrem esses tipos de exclusão são moradores de rua, lixeiros, garis, empregados domésticos, caixas de supermercado, entre outros. É possível observar que são pessoas que convivem conosco em nosso cotidiano, e que não são apenas pessoas que vivem em condições de pobreza extrema, pois como nos casos citados, algumas empregadas domésticas e caixa de supermercado possuem suas carteiras assinadas e seus direitos trabalhistas garantidos. Neste trabalho, o meu intuito é tentar compreender porque as pessoas que “servem” as outras são discriminadas.

O que é comum em todos esses casos? São pessoas que ocupam lugares ditos inferiores na sociedade, ou seja, desempenham papéis sem status social. Mais que isso, são sujeitos que não consomem. Esses processos de exclusão social são evidentes quando se vive em uma sociedade que é dividida em classes e hierarquizada como a nossa. Isso ocorre porque um indivíduo pertencente a uma classe dita “superior” a de outro indivíduo, e passa a se sentir superior a todos os outros, desta maneira, começa a se desenvolver o preconceito, a discriminação, sentimento de superioridade, entre outros. Os processos de exclusão social estão relacionados também a outros fatores, culturais, econômicos ou até mesmo estéticos.

Além do processo de exclusão social criado de cima para baixo, é possível observar também a incorporação de valores estereotipados pelos trabalhadores socialmente desqualificados. Estes muitas vezes culpam a si próprios pela sua condição de miséria, como se quisessem ficar a margem da sociedade.

Um exemplo claro disso são os catadores de lixo, que são “trabalhadores socialmente desqualificados”, pois não possuem uma profissão que as permitam seguir as “normas ditatoriais” da sociedade consumista. A tarefa que esses trabalhadores desenvolvem não lhes permite dispor de dinheiro para acompanhar todo este consumismo, pelo fato de remuneração recebida ser pouca, e ser destinada ao sustento de suas famílias. Logo, se não são capazes de se incluírem via consumo, o processo

realizado pela sociedade consciente, ou inconscientemente, é excluí-los. Num primeiro olhar é possível afirmar que a maioria dos seres humanos na sociedade capitalista pratica o processo de exclusão dos seres que são diferentes.

Alguns autores fazem críticas à ideia de exclusão, como Luciano Oliveira (2002), para quem "chamar todos e quaisquer grupos sociais desfavorecidos de excluídos pode levar a contrassensos, sendo necessário assimilarmos as suas origens e naturezas distintas, assim como tratarmos a questão com estratégias diferentes". O autor também faz críticas ao uso do conceito "exclusão". Luciano distingue dois traços característicos deste termo: o primeiro se relaciona com o chamado desemprego estrutural e reporta-nos aos "excluídos" que se tornaram "desnecessários" economicamente; o segundo traço diz respeito os "excluídos" desnecessários econômica, mas sobre tudo, socialmente: mais do que isso, tornaram-se "socialmente ameaçantes e, por isso, passíveis de serem eliminados". Este autor, apoiando-se no pensamento de Castel, sugere que falemos em precarização, vulnerabilidade, marginalização, mas não em exclusão.

O autor utiliza uma citação muito importante de Castel, que nos ajuda a entender melhor o que ele quer transmitir, quando cita: "reconstruir o *continuum* de posições que ligam os *in* e os *out*, e compreender a lógica a partir da qual os *in* introduzem os *out*". Este *continuum* para Oliveira ilumina bastante o que eles querem dizer, não existe o excluído sozinho, mas existe todo um processo, toda uma continuidade que produz este excluído. Por isso algumas vezes o emprego deste termo não é colocado corretamente. Um excluído só é realmente excluído, quando ele faz parte deste processo.

O autor desenvolve também a ideia de "inclusão miserável", e a inclusão precária desses "excluídos" no sistema econômico. Neuhold (*sem ano*) utiliza uma expressão que ilustra perfeitamente esta inclusão precária, quando a chama de "formas indecentes de inclusão". Estas formas de inclusão são práticas bastante utilizadas pelos governos. São estas ajudas com quantias quase nulas, mas que fazem com que na tão temida estatística, estes indivíduos não estejam na faixa da miséria, mas que na realidade, a condição de miserável, ainda faz parte de seu cotidiano. Para Neuhold, "o período de passagem entre exclusão e inclusão, que deveria ser transitório vem se transformando num modo de vida permanente e criando uma sociedade paralela que é

includente do ponto de vista econômico e excludente no ponto de vista social, moral e até político”.

O entendimento do conceito de banalidade do mal ajuda a pensar nos processos de exclusão social quando passamos a entender que este processo faz com que deixemos de nos impressionar com as brutalidades, injustiças e outras crueldades que a sociedade atual costuma praticar. Quando não damos a devida importância a estas crueldades praticadas aos nossos semelhantes, esta rejeição faz destas pessoas, invisíveis. E a ideia de território é base para compreensão dos diversos processos de exclusão social, pois é nele que ocorre a maioria das relações, e também é por causa dele que ocorrem as discriminações, pelo fato de as pessoas olharem para os indivíduos que constituem o território como o próprio território. Geralmente, os processos de exclusão social estão bastante vinculados ao lugar onde os indivíduos que sofrem com estes processos, residem, vivem ou circulam, pois o território é o lugar segundo o julgamento preconceituoso da sociedade que diz respeito a classe pertencente, ao nível de cultura, e outros adjetivos que compõe o cidadão. E quando estes adjetivos não agradam as convenções da maior parte da sociedade, estes indivíduos são “esquecidos”, ou marginalizados. Esta monografia irá trabalhar com alguns destes conceitos: invisibilidade social, o conceito de aniquiláveis, de banalidade do mal, e do território.

1. A BANALIDADE DO MAL

A discussão sobre banalidade do mal é difícil, pois vivemos em tempos difíceis, em que talvez se tenha tornado normal dizermos que vivemos e convivemos juntamente com o mal. Este hábito pode ser fruto de uma comodidade que a sociedade adquiriu por ser mais cômodo pensar que o importante é estar fazendo o seu papel na sociedade, e que isso basta, do que pensar que é necessário mudar a situação na qual a sociedade se encontra. Existe aqui uma ideia de naturalização das questões sociais. A banalidade do mal contribui para que não haja uma crítica sobre os processos sociais. Esta é a centralidade da ideia de banalidade do mal.

Esta compreensão surge a partir da análise do julgamento de um importante líder do Nazismo. O entendimento de banalidade do mal é tratado pela autora alemã Hannah Arendt, em *Eichmann em Jerusalém* e em *A vida do espírito*. Estes são dois de seus livros que discutem bem este conceito. O primeiro livro citado discorre sobre o julgamento de Adolf Eichmann, que se deu em Jerusalém no ano de 1961. Adolf foi um aristocrata a serviço do nazismo, seu serviço era a organização das deportações dos judeus para os campos de concentração. Eichmann cumpria seu papel com eficiência, era um bom funcionário, e sempre obedeceu a todas as ordens recebidas. “Para o réu, tudo não passava de um golpe de azar, pois tinha sido um bom cidadão, porém num Estado assassino. Sorte teria, em sua lógica, um bom cidadão num Estado justo” (ANDRADE, 2010, p111).

Como citado, o próprio réu não se reconhecia como um assassino, muito menos frio. Para ele, o erro não estava em si, mas sim no Estado. O Estado era o assassino, pois era o seu superior e Eichmann, apenas cumpria as ordens que lhe eram dadas. A seu ver se o Estado foi o autor das ordens, o Estado, foi o assassino de milhões de judeus. O réu deixa a sua submissão aos seus superiores bem claros, em uma passagem, onde diz: “minha honra é minha lealdade” (ARENDR, 1999, apud ANDRADE, 2010, p.111).

Andrade (2010) ressalta um aspecto fundamental do pensamento de Arendt que merece destaque, para ele, a autora “inicia um longo percurso para demonstrar que o mal não pode ser explicado como uma fatalidade, mas sim caracterizado como uma

possibilidade da liberdade humana” (ANDRADE, 2010, p.111). Neste sentido, o mal não seria praticado apenas por pessoas perversas, mas faria parte do próprio cotidiano social. Mais que isso, as pessoas não praticariam o mal porque são más, elas praticam o mal porque faz parte da natureza humana.

A ideia de banalidade do mal pode nos servir, neste momento, como suporte teórico, uma vez que este processo de banalização naturaliza não somente a violência, mas muitas outras formas de injustiças sociais, como a invisibilidade social e a ideia dos aniquiláveis.

Para compreendermos os processos de exclusão presentes na sociedade brasileira, é indispensável entender a função do território neste processo. Segundo Rojas e Barcellos 2004 (p.178) “todos nós vivemos em um espaço geográfico”. “No Brasil, como a sociedade é muito desigual e injusta, as pessoas vivem de maneira diferente e em condições diferentes. Os bairros onde moram pessoas com menor renda tem um aspecto diferente dos bairros com gente de maior renda”. Este espaço geográfico com diferenças é fundamental para o entendimento da maioria de formas de exclusão social. Esta construção do espaço baseado na classe social dos habitantes explicita já em um primeiro momento o descaso do estado por esta parcela da população.

2. O TERRITÓRIO

A discussão sobre o território é fundamental para compreendermos os processos de exclusão social na sociedade. Neste trabalho entendemos que tais processos ocorrem em relação à inserção dos indivíduos em territórios diferenciados. De acordo com a leitura de Souza (2005) sobre a obra de Milton Santos,

“o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares. O lugar é proposto por ele como sendo o espaço do acontecer solidário. Estas solidariedades definem usos e geram valores de múltiplas naturezas: culturais, antropológicos, econômicos, sociais, financeiros, para citar alguns. Mas as solidariedades pressupõem coexistências, logo pressupõem o espaço geográfico” (SOUZA 2005, p.252).

Neste trecho, a autora explica do que se trata o território, e quais são os valores do mesmo. Para ela, cada território possui a sua dinâmica, e isso é essencial para que se componha a visão sobre aquele indivíduo, pertencente ao seu território específico.

O território é um fator muito importante nos processos de exclusão social, pois ele não se delimita mais como espaço definido a partir de relações de poder, porém, “ele é considerado uma instância social, como a economia, a cultura e a política” (SOUZA 2005, p.252). Milton Santos sugere que o território “seja assumido como uma categoria de análise social” (SOUZA 2005, p.252). O sujeito incorporado ao território passa a ser visto e reconhecido como o próprio território. Se este sujeito habita em um lugar pobre, com uma cultura vista com discriminação por seres inseridos em outros territórios, com características diferentes e até mesmo oposta, este indivíduo será visto como o seu “habitat”, ele perde a sua identidade, e passa a ser associado ao lugar onde vive, e não ao seu caráter e ao seu próprio eu.

Os seres que não se encontram inseridos em um determinado território não são capazes de enxergá-lo com sua complexidade, mas sim de uma forma homogênea, o que provoca uma visão equivocada. Dentro de um mesmo espaço existe uma enorme contradição no modo de vida, nas formas de pensamentos, de atitudes, de situação

econômica, entre outros. A vida dentro de um território se define por um comportamento extremamente heterogêneo. Este comportamento não é tão difícil de ser imaginado, pois, o território é composto pelos indivíduos, são eles que o compõem, e os indivíduos são contraditórios, cada um possui a sua excentricidade e os seus próprios pensamentos, isso é refletido no lugar onde vivem: o seu território. “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SOUZA 2005, p.255).

3. OS INVISÍVEIS SOCIAIS

O termo invisibilidade social ganhou força no cenário público a partir da publicação do livro do sociólogo Luiz Eduardo Soares “Cabeça de Porco” (SOARES; BILL; ATHAYDE, 2005). Neste livro os autores descrevem a utilização da droga merla no Distrito Federal. Esta droga é comercializada livremente por pessoas comuns, como senhoras, viúvas e desempregadas. O consumo também é realizado por pessoas comuns como jovens, mulheres grávidas e casais. Um dos autores que após ter feito um estudo empírico, relata um fato em que alguns jovens consumiam a chamada merla, e alguns policiais passam ao lado dos usuários e não os abordam. Os autores analisam esta atitude pela ótica da exclusão social, denominando essa situação como sendo de “invisibilidade social”.

O invisível se torna invisível a partir do olhar dos sujeitos que são consumidores com direitos. Aqueles que não consomem, ao contrário, não são portadores de direitos, sequer dos básicos como saúde, educação e moradia. Por vezes, esta falta de direitos e esclarecimento dos sujeitos provém do contexto de miséria em que estão inseridos. Avaliando este comportamento das populações, “de alguns anos para cá, num contexto em que a miséria das massas brasileiras – sobretudo urbanas – adquiriu grande visibilidade, o conceito de “excluídos” irrompeu no cenário público e passou a frequentar com assiduidade as discussões de cientistas sociais, políticos, jornalistas e intelectuais de modo geral acerca da dramática situação social no Brasil de hoje” (OLIVEIRA, 2002).

Existem alguns processos que produzem a invisibilidade. Estes processos se valem de algumas características culturais dos indivíduos para acontecer, são eles: o desemprego; a falta de dinheiro (proveniente do desemprego ou de baixos salários); a falta de acesso a serviços públicos (documentação, saúde, educação, justiça etc.); o nível de escolaridade, entre outros.

Avaliando as características apresentadas, percebemos que a falta de um desses elementos nos acarreta outros, então, começando pelo último elemento, a escolaridade, podemos avaliar que um indivíduo sem qualificações, sem estudo, não consegue almejar empregos com uma boa remuneração, ainda mais em um mercado de trabalho exigente

como o nosso. A falta de estudo traz para as pessoas a falta de conhecimento dos seus direitos. Algumas pessoas não possuem documentos pessoais, como certidão de nascimento, RG, CPF, Título Eleitoral, e com a falta destes documentos, fica impossibilitado o acesso a saúde, a educação, a justiça para reivindicar seus direitos. Um cidadão sem documentos, não existe para a lei e para o estado. Logo, é impossível o engajamento em empregos regulamentados (com a carteira assinada), e sem essa carteira assinada, o cidadão só conseguirá emprego informal, que o remunerará mal, e esta pessoa irá conviver com a falta de dinheiro, e essa falta de dinheiro o impedirá de consumir insaciavelmente, como os outros indivíduos que possuem dinheiro, status, estudo, pleno acesso aos serviços públicos, entre outros.

O consumismo é a base da invisibilidade social, porque se esse indivíduo não consome, ele não faz parte do “fetichismo”, que é toda a magia que envolve um produto na hora de sua compra ou quando está na vitrine e está sendo desejado pelo consumidor.

Outro fator que tem a ver, mas não direta e sim indiretamente com o consumismo, mas que provoca muito efeito na invisibilidade social é o território. Entende-se por território o lugar onde se situam as residências, os locais de trabalho, locais de lazer, locais onde se situam o comércio, mas o território não é apenas isso. Ele também compreende todas as relações que acontecem dentro de sua delimitação. Para instalar estes fluxos é necessário que haja a transformação do espaço pelo homem para que o espaço fique mais habitado para a vida humana. Estas transformações podem ser ruas, estradas, prédios, casas. Conforme citado no anteriormente, para Monken e Barcellos (2007), no Brasil são muito evidentes as desigualdades entre os bairros de classe alta e de classe mais baixa. Isso se deve à desigualdade histórica que vive a sociedade brasileira.

O texto de Monteiro (2011) traz algumas considerações importantes para pensarmos a invisibilidade social. Este autor realiza um estudo empírico numa favela da baixada fluminense. Este texto trata de uma revolta popular em uma comunidade chamada “Nova Jerusalém”. O autor aponta para algumas posições pré-estabelecidas dentro da comunidade pelos policiais. É relatado pelo autor que há um pré-conceito por parte dos policiais em que eles entendem que todos os moradores da favela são ditos “malandros”. É discutido no texto este posicionamento dos policiais, que entendem os moradores tanto como cidadãos quanto como criminosos. Além deste

aspecto, o autor trata também do relacionamento dos moradores com os marginais. É observado que os moradores não possuem uma relação de atritos ou de medo com os marginais, pelo contrário, eles chegam a relatar que os “bandidos” (conforme fala dos moradores) não os fazem mal algum e que as vezes são até beneficiados pelos mesmos. Alguns que possuem a opinião que não é algo bom conviver com pessoas que vivem fora da lei, apresentam certo grau de conformismo quando pensam ser natural o tipo de convivência estabelecida.

4. OS ANIQUILÁVEIS

O dicionário traz uma definição para aniquilável que pode definir de uma maneira mais simplificada o processo que ocorre com esta população quando define a palavra aniquilável como: Reduzir a nada; destruir. Abater.

A discussão presente no texto de Monteiro (2011) também nos ajuda a pensar sobre a ideia de aniquiláveis. A situação descrita pelo autor refere-se a um mundo próprio e específico circunscrito aos limites territoriais da favela. No entanto, ao saírem deste território esses sujeitos assumem novos papéis na sociedade, dentre os quais o papel de aniquiláveis.

Monteiro (2011) recupera a noção de *homo sacer* do filósofo italiano Giorgio Agamben. Para este autor o *homo sacer* é “uma obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta matabilidade)” (AGAMBEN, 2002, *apud* MONTEIRO, 2011, p.156). Para Agamben, “vida matável” “podia ser eventualmente exterminada por qualquer um, sem que se cometesse uma violação” (idem). Além disso, “‘a vida nua’ do *homo sacer* é excluída da lei e dos direitos e incluída por ser aniquilável. Em suma, matar um *homo sacer* não é passível de punição nem desperta culpa”; trata-se de “destituição total, ausência absoluta de direitos, condição inapelável da ‘vida nua’” (FRIDMAN, 2008, *apud* MONTEIRO, 2011, p.156).

O mesmo sujeito pode transitar entre os dois tipos de território, e dependendo do território que ele estiver, poderá sofrer a invisibilidade, poderá ser um cidadão, ou um aniquilável. Poderá ser cidadão quando for definido pela inserção laboral. Será invisível quando for definido pela condição de habitante de determinado território, ou como aniquilável, nos momentos de retomada de territórios que acontece com as incursões policiais.

Quando os marginais estão dentro das favelas são aniquiláveis, pois as autoridades de segurança pública não os enxergam como cidadãos, mas sim como alvos a serem abatidos. Quando este “cidadão” é finalmente abatido, não é instituído a culpa nem nenhum sentimento que se possa comparar, mas sim o orgulho de conseguir eliminar aquele alvo que num primeiro olhar, oferecia perigo e risco.

Existem também algumas funções sociais que podem se enquadrar na definição de *homo sacer*, dependendo do território que se encontre. Isto se dá por estas funções serem ditas menores. Um exemplo destas funções são as empregadas domésticas, os pedreiros, os garis, os catadores de lixo, os ambulantes, entre outros. Podemos pensar em uma situação recorrente em favelas do Rio de Janeiro, em que policiais “se confundem” e matam moradores. No momento de incursão em favelas os moradores se tornam aniquiláveis.

A ideia de aniquiláveis não se restringe a situações de conflito. Desta maneira, a proposta deste trabalho é pensar este conceito para fora dos territórios de violência, discutindo a situação de grupos sociais marginalizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, a intenção era analisar a invisibilidade que os catadores de lixo do lixão de Gramacho sofriam. Porém, além de não haver tempo hábil para algumas idas a campo, considerou-se que falar apenas sobre a invisibilidade não seria suficiente, e a partir daí comecei a pensar em estudar a exclusão social, e explicá-la a partir de conceitos clássicos, como os aniquiláveis, invisíveis sociais, banalidade do mal, e outro conceito que serve de base para todos estes, o território. Estes conceitos foram surgindo pouco a pouco. Para entender a realidade precisei pensar sobre a banalidade do mal e sobre o território. Utilizei dois conceitos clássicos para compor este pensamento: Aniquiláveis e invisibilidade social.

Pude constatar a partir das leituras realizadas e da análise empreendida que o conceito de território é central para pensarmos a diversas possibilidades de exclusão social que uma mesma pessoa pode vivenciar. Assim, se ela encontra-se no seu território de vivência mais cotidiana, no círculo familiar e de amigos, a sociedade tem uma visão sobre ela. Já se estiver em seu território de trabalho é possível que ela assuma outra posição na sociedade. Poderíamos pensar em diversos exemplos para isso. Em primeiro lugar, resgatando o propósito original que deu origem a este trabalho, podemos pensar nos catadores de lixo, que possuem uma realidade totalmente fora dos padrões de consumo da sociedade, e, além disso, são trabalhadores informais. Em segundo lugar, poderíamos pensar em trabalhadores com vínculos formais, mas que habitam em territórios marginalizados, como é o caso de comerciantes, comerciários, funcionários de “lojinhas” e de “mercadinhos”.

Mesmo que estes indivíduos trabalhem com seus direitos garantidos, ainda assim serão discriminados, e vistos por baixo por esta sociedade que na maioria das vezes valorizam apenas quem possui muitos bens, dinheiro, moram em áreas com a especulação imobiliária altíssima, e se esquecem que a maioria da população sobrevive, muitas vezes com um salário mínimo, que no final do mês não possui dinheiro nenhum, mas que mesmo assim, em sua simplicidade, possuem muita cultura, muito respeito, muita alegria, e principalmente muita dignidade e caráter.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Odílio Alves. Disponível em:

<<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/violencia-e-banalidade-do-mal/>> acessado em: 04/10/2012 às 10:00h.

ANDRADE, Marcelo. **A banalidade do mal e as possibilidades da educação moral: contribuições arendtianas**. Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 43 jan./abr. 2010.

FARIAS, Juliana. **Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência**. TEORIA E SOCIEDADE n° 15.2- julho-dezembro de 2007 p.138-171.

MONKEN, M.; BARCELOS, C. **O território na promoção e vigilância em saúde**. (In) FONSECA, A. F.; CORBO, A. D. **O território e o processo saúde-doença**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007. p.177-224.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Invisibilidade social e reação popular em uma favela da Baixada Fluminense: o caso Nova Jerusalém**. Tempo [online]. 2012. Vol.17, n.31, pp.231-260.

MORAES, P. R. B. de; SOUZA, M. G. de. **invisibilidade, preconceito e violência racial em Curitiba**, Sociologia e Política, n° 13: 7-16 nov. 1999 p.7-16

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **O conceito de Exclusão e seus dilemas**, Revista Acadêmica Multidisciplinar N°05 Dezembro, Janeiro, Março Quadrimestral, Maringá, Paraná, ISSN1519. 6178

PORTO, M.F.de S. et al. **Lixo. Trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano no Rio de Janeiro**, Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 20(6): 1503-1514 nov. dez, 2004.

SOARES, L.E. **Cabeça de Porco**. Editora Objetiva, 2005.

SOARES, L. E. *et al.*. **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ ISER, 1996.

VIEIRA, O.V; DUPREE, A. S.D. **reflexões acerca da sociedade civil e dos direitos humanos**, INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, Ano 1. Número 1.1° semestre de 2004p. 48-69.